

Mailson: agora, o 4º estágio

"Estou muito satisfeito em participar deste seminário sobre a conversão de dívida. Acredito que é oportuno já que se realiza duas semanas depois da assinatura do acordo de reescalonamento entre o Brasil e os bancos comerciais", declarou o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega no encerramento da Conferência sobre o Programa Brasileiro de Conversão da Dívida em Investimento, sexta-feira passada em Londres.

Essa é a íntegra do discurso: "Em janeiro, quando iniciei a gestão no Ministério da Fazenda, estava convencido de que a normalização plena de relações com a comunidade financeira é de maior interesse para o País. O governo anunciou então um programa de quatro passos que incluiu: um acordo com os bancos, um programa econômico apoiado pelo FMI, o reescalonamento da dívida oficial para os bancos e, finalmente, a exploração e adoção de novos mecanismos de mercado para aumentar o ingresso de recursos e/ou para reduzir tanto o saldo de dívida como o serviço de dívida. Já demos os três primeiros passos, estamos iniciando agora o quarto estágio.

O acordo com os bancos comerciais proporcionará ao Brasil alívio no serviço de dívida por incluir um período ampliado de amortização de vinte anos, um volume razoável de novos recursos e uma redução do custo de serviço de dívida. O acordo também contém alguns novos elementos: um exit bond já bem-sucedido, a introdução do conceito de salvaguarda, uma nova abordagem à questão de vínculo ao FMI e uma proteção satisfatória para as reservas brasileiras.

As mais importantes ne-



Mailson da Nóbrega

gociações de dívida já estão concluídas. No fim de julho um acordo stand-by para o Brasil foi aprovado pela diretoria do FMI e se chegou a um acordo com os credores oficiais dentro da estrutura do Clube de Paris.

Agora que o processo de normalização com os nossos credores foi finalizado, nossos próximos passos visam a reduzir a transferência líquida de recursos do exterior. No ano passado a transferência de fundos em proporção do PIB atingiu 3%. Neste ano, o dado será ainda maior.

Transferência de recursos: os riscos e as pressões

O principal motivo de o Brasil não poder continuar a transferir uma parcela substancial de seu produto nacional é que isto reduz a poupança disponível para investimento e, consequentemente, diminui a capacidade de crescimento do País. Além disso, esta transferência de recursos

tende a agravar o processo inflacionário porque exerce pressão tanto sobre o déficit fiscal como sobre a expansão monetária.

Antes de partilhar com os senhores algumas das minhas idéias sobre como enfrentar a questão de transferência gostaria de dizer algumas palavras sobre os ajustamentos internos da economia que ocorreram nos últimos meses.

Na verdade, a normalização de relações com a comunidade financeira internacional e o ajustamento interno da economia são processos intimamente ligados, já que uma reforça o outro. Esperamos que as medidas de ajustamento já adotadas incentivarão novo financiamento externo para o Brasil, que, por sua vez, apoiará a concretização do programa de ajustamento.

Neste aspecto, gostaria de salientar parte dos resultados que já foram alcançados. O governo está convencido de que não seria possível reduzir a inflação sem ter o déficit público sob controle. Da previsão no começo do ano de um déficit em termos operacionais próximo a 8% do PIB, agora estou confiante de que este dado não excederá o teto de 4% no ano corrente. Estou também bastante seguro de que poderá ser reduzido para 2%, no máximo, em 1989.

O programa de ajustamento que foi implementado no primeiro semestre do corrente ano incluiu medidas destinadas a estabelecer limites máximos para o endividamento de estados, municípios e empresas estatais e diminuir os incentivos fiscais e subsídios, inclusive a eliminação do subsídio do trigo.

Posteriormente, uma revisão orçamentária foi realizada e adotou-se o congelamento temporário dos sa-

lários do setor público. Um Conselho Nacional de Privatização também foi criado para examinar projetos de privatização.

Medidas adicionais foram tomadas em abril e maio, com a inclusão de novos cortes nos gastos de capital no orçamento para 1988. A política orçamentária também foi reformulada para neutralizar os efeitos de inflação sobre o orçamento federal e para aumentar a visibilidade dos gastos bem como de isenções fiscais.

As medidas já adotadas estão começando a apresentar seus resultados. O déficit público, em percentagem do PIB, alcançou apenas 0,75% nos sete primeiros meses, uma prova de que estão bem a caminho de atingir a meta de 4% para o ano inteiro.

O orçamento de 1989, que já foi enviado ao Congresso, incorpora cortes adicionais nos gastos bem como uma nova metodologia de indexação que torna muito difícil a autorização de novos gastos sem aumentos correspondentes de receita. Além disso, a unificação do orçamento, que já ocorreu, torna o controle fiscal muito mais fácil do que antes e também aumenta a visibilidade e a prestação de contas governamentais.

Preciso dizer que, a curto prazo, a inflação é uma grande preocupação. As medidas básicas para controlar a inflação já foram adotadas. Creio firmemente que o controle do déficit público, que está sendo perseguido muito vigorosamente, é o importante instrumento de política econômica a ser usado para se chegar à estabilidade de preços. No começo do programa de ajustamento, salientei que ninguém deve esperar uma repentina e drástica queda de inflação numa economia altamente

indexada como a brasileira. É necessário mais algum tempo antes que nossa política antiinflacionária comece a produzir os resultados e estou confiante de que isto acontecerá.

A melhoria nas contas públicas que está ocorrendo também ajudará a ampliar a capacidade de investimento da economia por ajudar a recuperação da poupança do setor público, que declinou dramaticamente durante esta década.

Para alcançar a expansão numa base contínua também é necessário restaurar as fontes externas de financiamento para investimento. Isto reconduz a discussão ao quarto passo na nossa estratégia de financiamento externo mencionado anteriormente, que objetiva aumentar o ingresso de fundos e diminuir tanto o estoque de dívida como o serviço de dívida.

Em discussão, os novos programas de financiamento

Algumas importantes agências de crédito de exportação já anunciaram o reinício de cobertura para o Brasil. Novos programas de financiamento estão sendo discutidos com alguns países industrializados. Os bancos e os investidores potenciais estão visitando o País novamente para encontrar oportunidades de negócios.

O pacote negociado com os bancos representa o pri-

meiro e muito importante passo para a solução de nosso problema de dívida porque inclui a combinação de dinheiro novo com a redução de dívida. Passos adicionais são exigidos na redução de dívida, já que isto parece ser um dos meios mais interessantes de solucionar nosso problema de dívida a longo prazo.

Mecanismos adicionais para a redução de dívida estão incluídos na pauta brasileira. Uma avaliação cuidadosa de possibilidades diferentes de mercado está sendo realizada, novas idéias serão bem recebidas e merecerão a consideração apropriada.

Em pouco tempo, já se fez muito. O Brasil saiu de uma moratória e agora está com seus pagamentos de juros em dia. O déficit público está sendo reduzido substancialmente. As exportações deste ano excederão US\$ 30 bilhões.

A médio prazo, as metas econômicas básicas incluem um novo papel para o Estado, o que significa tanto a desregulamentação da economia como a privatização. A liberalização do comércio, já em fase bem adiantada, submeterá a indústria a uma maior concorrência internacional, que resultará em maior eficiência.

O capital estrangeiro tem um papel importante a desempenhar no nosso processo de crescimento. A parceria estabelecida no passado foi um dos principais fatores do nosso sucesso anterior. Estou certo de que continuará a exercer o mesmo papel no futuro dentro dessa nova estrutura que está sendo construída no momento, que é baseada em mais competição e menos interferência estatal.